

Desigualdade socioespacial e migração intra-urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte 1980-1991 *

José Moreira de Souza, FJP
João Gabriel Teixeira, UFMG

O período atual, herdeiro da abertura política do começo dos anos 80, carrega em seu bojo um conjunto de mudanças bem sentidas e pouco conhecidas. Apressadamente, cunharam-se os anos 80 como a “década perdida” quanto ao desempenho econômico; examinada do ponto de vista das políticas públicas, outros autores quiseram mostrar que houve substantivos ganhos na diminuição da desigualdade, com ênfase nos serviços de Educação e Saúde (Faria, 1991). O desmonte do sistema Financeiro da Habitação, em meados da década, ensejou uma política de varejo, marcada pelo clientelismo, às vezes em nome da descentralização, com marcas de periferização dos espaços urbanos. As dificuldades de poupança e acumulação, os expedientes de atuação do Estado em política pública, os problemas de investimento em habitação, a escassez de recursos ou de fontes de financiamento para atender aos programas do Estado, em urbanização e reprodução do capital, refletem-se diferentemente nos anos 90 e apontam para múltiplas conseqüências nos processos espaciais. Quanto a eles, Taschner (1992) faz um balanço sobre as mudanças no padrão de urbanização, no qual precisa as tendências mais recentes: a dinâmica populacional das últimas décadas se expressava por altas taxas de crescimento, com relativa redução de seus ritmos a partir dos anos 70 e também por alta mobilidade espacial. Basta lembrar que um brasileiro, em cada grupo de cinco, mudou de município nos anos 70, sendo a Região Sudeste o destino mais freqüente desse fluxo. a modernização agrícola tem significado, historicamente, concentração fundiária, desemprego tecnológico e, conseqüentemente, liberação constante de grandes contingentes populacionais. Tais movimentos de

marcavam a expansão de fronteira, a multiplicac o de núcleos urbanos e, sobretudo, a consolida o das regiões metropolitanas. E Taschner avalia:

Sabe-se pouco, no atual momento, sobre os processos recentes da redistribui o espacial da popula o no Brasil, seja em nível intra-urbano, interurbano, intra-regional e inter-regional. (1992)

De fato, a partir dessas constatac es, relativamente consagradas, os estudos divergem quanto   persistência do modelo de expansão de fronteiras ou seu esgotamento já no meado dos anos 80, quanto ao significado do processo de metropoliza o – involu o das metrópoles ou uma nova hegemonia – e quanto ao seu modelo – consolida o ou esgotamento do crescimento periférico. Permanecem em aberto questões sobre o papel atual dos fluxos migratórios, os processos de mobilidade territorial e ocupacional; as rela es entre o novo quadro econ mico e os arranjos da rede urbana, entre metropoliza o e pobreza; novas formas de segregac o social e de rela o intra-urbana.

Os resultados, já publicados, do Censo Demográfico de 1991 mostram um ritmo de crescimento menor ainda que o estimado. No último período intercensitário a taxa anual reduziu-se drasticamente, de 2,48% para 1,89%. A queda foi nacional, em todas as regiões e em maior intensidade no Sudeste; não se verificando, no entanto, o esvaziamento da expansão de fronteira. O Norte foi a região que relativamente mais cresceu, seguida do Centro-Oeste. O Sudeste, que acolhia quase a metade do incremento populacional dos anos 70, o fez com 38% do verificado entre 1980 e 1991. O aumento da participa o mineira e capixaba na popula o do Sudeste fornece uma outra leitura da queda do significado de São Paulo e do estado do Rio. De outro lado, o grau de urbaniza o dessa região aumentou mais ainda, aproximando-se dos 90%, enquanto que a taxa nacional indica cerca de 80% de cidadinos oficiais.

Com muita consistência, as principais tendências da redistribui o espacial da popula o brasileira, nos anos 80, apontam para uma relativa desconcentrac o populacional nas áreas metropolitanas bem como a quebra no seu ritmo de crescimento. Como explic -las? Persistiria ainda o processo de perifiza o, como afirma Taschner no citado artigo, considerado o diferencial de crescimento entre os municípios, porquanto os do entorno crescem a taxas maiores que o central, ensejando o que tem sido chamado “metropoliza o da pobreza” (albuquerque, 1993) ou, pelo contrário, tais alterac es mostram a existência de um novo modelo?

Há uma série de autores que vem propugnando uma profunda alterac o no modelo de crescimento urbano, a exemplo de Melo (1990); Ribeiro e Lago (1992); Ribeiro e Azevedo (1996) e Caldeira (1997).

Melo é o mais didático e categórico entre eles. Assume os anos 1984 e 1985 como um corte nas tendências de estruturação espacial – internacional, regional e intra-urbana. Tais anos instauram o antes e o depois. Caracterizam o antes: a desconcentração industrial, em nível regional, graças a incentivos e investimentos conjugados – estatais, nacionais e multinacionais; a integração de técnicas e capitais viabilizando o complexo agroindustrial e a penetração do capital financeiro no campo; a vigência de um padrão locacional dos setores dinâmicos – bens de capital e intermediários – determinado por fatores que incrementam a desconcentração, como proximidade do fornecimento de matéria-prima, subsídios, além de planos políticos de pólos regionais e centralização tributária. Posteriormente, a crise fiscal restabelece a lógica da reconcentração, minando a expansão da fronteira agrícola e a consolidação de programas setoriais, como o Proálcool. O novo padrão locacional se rege pelo desenvolvimento e ambiente tecnológicos que tendem à reconcentração, restringindo o alcance de decisões locais de natureza política e incrementando a descentralização tributária e a segmentação regional. O próprio autor questiona se o impacto dessas mudanças significa o retorno ao *status quo* preexistente.

No que tange à estruturação intra-urbana, o primeiro período se caracteriza por uma expansão acelerada da habitação nas camadas médias e superiores, pelo predomínio de uma ocupação extensiva de novas áreas e um crescimento de densidade nas áreas de transição, e o segundo período, pelo colapso dos mercados de média e alta renda e por uma especialização de produção por encomenda de unidades de altíssimo luxo, reforçando a reconcentração e a verticalização de áreas centrais elitizadas. O processo de periferização no período 1975/1984 conjugava formalidades, com destaque à alta participação do setor público na produção de moradias, e informalidades, particularmente, a autoconstrução em loteamentos clandestinos. A partir de 1985 haveria uma informalização brutal na produção de moradias populares via adensamento, pois o padrão de expansão periférica se esgotou, graças à conjugação de fatores relativos à queda da renda real, às altas inflacionárias e aos efeitos da Lei 6766. Agora, a valorização das áreas centrais, antes, a sua deterioração. A expansão das áreas urbanas dos anos 70 é resultado de investimento em infra-estrutura e serviços urbanos, e tal expansão se reverteu no final dos 80. O *boom* que era residencial mudou para não residencial. E Melo conclui:

como resultado dos fatores citados se verifica uma tendência a uma segmentação intra-urbana mais acentuada. A nova cidade é menos heterogeneamente desigual e mais homogeneamente desigual, o que funda agora num dualismo primário. (1990, p. 250)

Caldeira analisa a disseminação, em grandes centros urbanos, de verdadeiros “enclaves fortificados” criadores de um novo modelo de segregac o espacial, pois administram regras de admissão e exclusão e geram fragmenta o da circula o e do uso de espaços públicos (Caldeira, 1997). Destaca que as formas pelas quais a segregac o social se inscreve no espaço das cidades varia historicamente. Em São Paulo, tipifica três situa es: a do começo do século, quando a cidade concentrada aproximava diferentes grupos sociais que vivenciavam uma profunda diferencia o nos seus arranjos habitacionais; a segregac o do período 40-80 ocorreu numa cidade organizada a partir da rela o centro e periferia, na qual as grandes distâncias e a qualidade de vida urbana separavam os grupos sociais, e a da atualidade. Nos anos 90, o novo padrão de segregac o está ocorrendo com a diminui o das distâncias físicas entre ricos e pobres e, ao mesmo tempo, com uma obviedade e complexidade dos mecanismos de separa o.

As mudanças urbanas p s 80 e os novos padrões de segregac o espacial são resultantes da combina o de quatro processos, relativos   crise econ mica,   consolida o democrática,   reestrutura o produtiva e ao aumento da criminalidade e do medo. A recessão da economia, as altas taxas de infla o e desemprego resultaram no aumento da pobreza e têm negado às novas gera es a possibilidade da autoconstru o e a reprodu o do processo de perifiza o tal como vinha se processando desde os anos 40. “A periferia vem se tornando inacessível para os mais pobres” (idem, p. 157). A conseq encia   o favelamento crescente ou a mudança para os municípios mais afastados do núcleo central. A pressão dos movimentos sociais, desde a metade dos anos 70, num contexto de elei es regulares, significou maior peso político das periferias, melhorias de sua infra-estrutura urbana, programas de regulariza o fundiária e, como contrapartida, uma diminui o na oferta de lotes baratos e geralmente ilegais. A restaura o produtiva na cidade de São Paulo se d  com desindustrializa o, tornando-a um centro financeiro, de serviços especializados e de coordena o de atividades. Os efeitos urbanos são distintos; de um lado, a transforma o de áreas abandonadas em cortiços ou em iniciativas de renova o urbanística, com obras viárias e prédios residenciais e, de outro, o deslocamento de serviços e do comércio para as antigas periferias, que se agregam em novos centros de serviços e comércio, como os *shopping centers*. A última mudança fornece a retórica ao novo padrão de segregac o residencial urbana, justificando-o no crescimento do crime violento e do medo. O resultado   a ado o de estratégias de prote o que mudam a paisagem urbana, uma cidade de muros, grades e barreiras, propiciando uma nova est tica, a da segurança. Embora tais enclaves dependam da cidade, da sua mistura de

classes e mesmo das tarefas domésticas cotidianas, os simulacros expressam a segregação social como um valor.

No entanto, nem todos os estudos mais recentes apontam nessa mesma direção. Cunha vai chegar, via estudo das migrações intrametropolitanas na Grande São Paulo, à questão do modelo de crescimento urbano, com conclusões opostas às de Melo e Caldeira. Mostra que, independente da forte redução da migração externa, a dinâmica interna da RMSP foi muito intensa nos anos 80 principalmente no que se refere à distribuição de sua população, reproduzindo

todas as características do fenômeno da década anterior, desde o seu caráter centrífugo – ou seja, ocorrendo, em grande medida, a partir das áreas centrais em direção à periferia – até mesmo na configuração das dinâmicas sub-regionais (o que) implicou em um espraiamento ainda maior da malha urbana metropolitana. (Cunha, 1997, pp. 31-39).

Salienta ainda que o perfil da renda dos imigrantes intrametropolitanos sofreu um relativo empobrecimento, havendo um aumento sensível das famílias com renda inferior a dois salários mínimos em todos os municípios e, especialmente, nos mais desenvolvidos.

O presente trabalho, ao participar desse debate, pretende contribuir para a diminuição de algumas daquelas lacunas, tendo como foco as relações entre população e espaço urbano na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, no período recente. A primeira questão a ser abordada é justamente a do modelo de seu crescimento, iniciando com a comparação entre as regiões metropolitanas, tendo como critério o crescimento demográfico da capital e dos demais municípios; e a segunda questão é a da mobilidade intra-urbana.

A queda nas taxas de crescimento é nacional, mas oscila de 20%, em Fortaleza, a 77%, no Rio de Janeiro. No conjunto das metrópoles, quatro situações podem ser destacadas. A primeira é típica das duas metrópoles nacionais. Rio de Janeiro e São Paulo experimentaram quedas altíssimas no ritmo de seus crescimentos demográficos. Ambas as cidades e respectivas regiões metropolitanas perdem participação no total dos residentes daqueles estados, cujo dinamismo urbano foi maior que o verificado nas capitais e suas aglomerações.

Diferente é a situação das capitais regionais Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte. As quedas significativas nas taxas de crescimento que experimentaram são fruto, sobretudo, da diminuição da participação de capitais, sendo o incremento explicado pela periferização. A participação dessas regiões metropolitanas no total dos residentes dos respectivos estados é ainda crescente, embora o peso dos municípios-pólos seja decrescente.

Já Fortaleza, Salvador e Curitiba, numa evidente simplificação, comportam um terceiro grupo. As duas regiões nordestinas apresentaram, de um lado, uma baixa queda na intensidade de crescimento e, de outro, um alto incremento na participação estadual. Já a alta queda na taxa de crescimento de Curitiba não significou queda na participação do total estadual. O Paraná, capital e interior, experimentou um comportamento mais homog neo.

Tabela 1
Aspectos do crescimento populacional das Regiões Metropolitanas e capitais brasileiras – 1970/80 e 1980/91

Categorias espaciais		Taxa anual crescimento demográfico entre os períodos 70/80 e 80/91				% na população estadual entre os períodos 70/80 e 80/91			
		aumentou	% +	diminuiu	% -	aumentou	% +	diminuiu	% -
NORDESTE	RM Capital	-	-	Belém	37,9	-	-	Belém	10,6
		P. Velho	50,1	Manaus	40,9	Manaus	9,2	Belém	10,6
		R. Branco	43,2	Belém	32,4	R. Branco	21,3	Macapá	20,8
NORDESTE	RM Capital	-	-	B. Vista	13,4	Macapá	48,6	-	-
		-	-	-	-	-	-	B. Vista	21,9
		-	-	-	-	-	-	P. Velho	7,1
CENTRO-OESTE	RM Capital	-	-	Fortaleza	20,2	Fortaleza	20,7	-	-
		-	-	Recife	33,9	Recife	5,3	-	-
		-	-	Salvador	29,7	Salvador	12,1	-	-
		-	-	S. Luis	25,1	S. Luis	25,7	-	-
		-	-	Teresina	22,8	Teresina	31,2	-	-
		-	-	Fortaleza	36,5	Fortaleza	11,9	-	-
		-	-	Natal	25,5	Natal	14,4	-	-
		-	-	J. Pessoa	6,4	J. Pessoa	30,4	-	-
		-	-	Recife	46,8	-	-	Recife	7,1
		-	-	Maceió	0,7	Maceió	24,1	-	-
		-	-	Aracaju	39,5	Aracaju	4,6	-	-
		-	-	Salvador	28,9	Salvador	9,6	-	-
CENTRO-OESTE	RM Capital	-	-	C. Grande	27,6	C. Grande	38,7	-	-
		-	-	Cuiabá	23,7	Cuiabá	6,1	-	-
SUL	RM Capital	-	-	Goiânia	65,0	-	-	Goiânia	0,5
		-	-	B. Horzte	44,0	B. Horzte	12,7	-	-
		-	-	Rio	76,7	-	-	Rio	4,5
SUL	RM Capital	-	-	S. Paulo	61,2	-	-	S. Paulo	3,1
		-	-	B. Horzte	65,7	-	-	B. Horzte	2,2
		-	-	Rio	76,4	-	-	Rio	5,9
SUL	RM Capital	-	-	S. Paulo	72,7	-	-	S. Paulo	10,4
		-	-	Vitória	56,1	-	-	Vitória	3,2
		-	-	P. Alegre	32,9	P. Alegre	12,4	-	-
SUL	RM Capital	-	-	Curitiba	49,6	Curitiba	23,5	-	-
		-	-	P. Alegre	56,8	-	-	P. Alegre	4,5
		-	-	Curitiba	60,5	Curitiba	14,1	-	-
-	-	-	-	Florian�p	9,6	Florian�p	8,5	-	-

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos. Dados trabalhados por Azzoni, 1995.

Belém, como, de resto, as cidades da região amazônica, mereceria um aprofundamento. O dinamismo urbano regional contraria a média nacional, lembrando o quadro nacional de duas décadas atrás. O incremento verificado na região metropolitana se deve, sobretudo, ao desempenho da capital, que – mesmo assim – perde significado no total da população estadual, tamanho o processo de urbanização do interior.

Apesar do sentido das mudanças ser único, apontando para uma desconcentração, as sensíveis diferenças entre os diferentes grupos recomendam cautela na generalização e sinalizam a necessidade de aprofundamentos.

O estudo específico da Região Metropolitana de Belo Horizonte pode ser desenvolvido por uma análise comparativa de seus municípios, com um detalhamento espacializado do crescimento demográfico da capital; um breve retrospecto da formação e do desenvolvimento da aglomeração e, finalmente, a incorporação, na análise, das unidades de estruturação metropolitana resultantes.

As tabelas seguintes mostram o comportamento demográfico levando em conta a composição municipal e, na capital, as administrações regionais.

Tabela 2
População residente e taxa de crescimento por município, RMBH – 1980-1991

Municípios	1980	1991	Crescimento (1)
Belo Horizonte	1.768.492	2.016.253	1.2
Betim	84.290	171.173	6.7
Brumadinho	17.957	19.297	0.7
Caeté	30.594	33.153	0.7
Contagem	280.721	448.813	4.4
Esmeraldas	16.192	24.200	3.7
Ibirité	40.017	92.635	7.9
Igarapé	16.608	27.368	4.6
Lagoa Santa	19.525	29.726	3.9
Mateus Leme (2)	18.837	27.030	3.3
Nova Lima	41.239	52.320	2.2
Pedro Leopoldo	30.004	41.567	3.0
Raposos	11.830	14.167	1.7
Ribeirão das Neves	67.278	143.696	7.1
Rio Acima	5.068	7.063	3.1
Sabará	64.255	89.688	3.1
Santa Luzia	59.903	137.854	7.9
Vespasiano (3)	25.155	54.520	7.3
RMBH	2.597.965	3.430.309	2.6

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos, 1980 e 1991.

(1) Taxa Média Geométrica Anual

(2) Inclui Juatuba.

(3) Inclui S. José da Lapa

Tendo Belo Horizonte como referência, os seus três municípios vizinhos, ao Norte, são os que apresentam altas taxas de crescimento, mantendo ainda a lógica de crescimento explosivo – em termos comparativos aos demais. De fato, eles funcionam como os territórios de expansão das periferias da capital, agora em outros municípios. Mantendo-se o mesmo padrão, Lagoa Santa e, mais longinquamente, Pedro Leopoldo seriam, nesta ordem, os próximos patamares. Da mesma forma, a Oeste, os vizinhos imediatos ao Barreiro tiveram um ritmo de crescimento bastante superior   média metropolitana: Contagem, Betim e Ibirité, com 4,4%, 6,7% e 7,9% a.a., respectivamente. E os vizinhos dos vizinhos – Esmeraldas, Igarapé e Mateus Leme – com taxas anuais entre 3,3% e 4,6%, reforçam a velha tendência, configurando-se como pontos futuros da expansão metropolitana.

Aliás, a recente divulga o da recontagem de popula o e domicílios, realizada em 1996, pela FIBGE, possibilita captar aquela dinâmica no presente momento, reforçando e especificando essas constata es:

Tabela 3
Popula o residente e taxa de crescimento por município, RMBH – 1991-1996

Municípios	1991	1996	Tx. Crescimento
Belo Horizonte	2.020.161	2.091.770	0.70
Betim	170.934	249.795	7.88
Brumadinho	19.308	24.257	4.67
Caeté	33.251	348.692	0.95
Confins (1)	3.183	4.266	6.03
Contagem	449.588	491.268	1.79
Esmeraldas	24.298	33.935	6.91
Ibirité (2)	78.090	106.773	6.46
Igarapé (2)	15.957	17.893	2.32
Juatuba	9.436	12.326	5.49
Lagoa Santa (2)	26.641	30.755	2.91
Mário campos (1)	5.081	7.247	7.36
Mateus Leme	17.597	20.712	3.31
Nova Lima	52.400	56.939	1.68
Pedro Leopoldo	41.594	47.299	2.60
Raposos	14.242	14.652	0.57
Ribeirão das Neves	143.853	197.147	6.51
Rio Acima	7.066	7.524	1.26
Sabará	89.740	100.570	2.30
Santa Luzia	137.825	152.682	2.07
São Joaquim de Bicas (1)	11.443	13.107	2.75
São José da Lapa (1)	6.856	12.498	12.21
Sarzedo (1)	9.504	12.492	5.62
Vespasiano	48.012	60.536	4.74
RMBH	3.436.060	3.801.012	2.04

Fonte: FIBGE e Funda o João Pinheiro.

(1) Municípios instalados em 1/1/97.

(2) Municípios desmembrados em 1/1/97.

A RMBH continua crescendo, mas a taxas cada vez menores, havendo, no último quinquênio, uma redução da ordem de 20% na sua intencidade. A capital caminha nesse mesmo sentido e com maior nitidez ainda. Se, nos anos 80, o ritmo de seu crescimento correspondia à metade do da região metropolitana, a partir de 1991 ele significa um terço. A taxa regional cai de 2,6% para 2,04% e a da capital de 1,2% para 0,70%. Todo o vetor sul – Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Caeté, a Leste, experimentam hoje um crescimento muito baixo, ao redor da metade da média regional. Continuam o processo de expansão ao Norte, com a consolidação de Vespasiano e Santa Luzia, o delineamento das tendências para Pedro Leopoldo e Lagoa Santa e o desafio da consagração de Ribeirão das Neves como a periferia metropolitana por excelência, com seu contínuo crescimento acelerado, o triplo da média regional. Há uma retomada da liderança pelo vetor oeste que, como um todo, cresce muito. Nele, a novidade é a queda muito acentuada do desempenho de Contagem – sua taxa anual cai de 4,4%, nos anos 80, para 1,79%, nos últimos cinco anos. A ocupação do território naquele vetor não caminha junto com a Rodovia Fernão Dias, o que significaria a aguardada explosão de Igarapé e Brumadinho, mas à sua esquerda, a partir de Betim e, agora, Ibirité, e à sua direita a partir de Betim: Esmeraldas, Mateus Leme e Juatuba. Todos com crescimento muito alto, particularmente Betim e Ibirité.

Tabela 4
Distribuição da população e taxa de crescimento
segundo as Administrações Regionais. Belo Horizonte – 1980-1991

Adm. Regionais	1980	1991	Crescimento (1)
Barreiro	154.743	220.872	3.3
Centro-Sul	238.971	249.862	0.4
Leste	261.626	254.035	-0.3
Nordeste	211.138	247.774	1.5
Noroeste	337.763	339.002	0.0
Norte	114.585	150.877	2.5
Oeste	235.650	249.059	0.5
Pampulha	80.284	106.330	2.6
Venda Nova	133.730	198.442	3.7
Belo Horizonte	1.768.492	2.016.253	1.2

Fonte: FIBGE e PBH/SEPLAN.

(1) Taxa Média Geométrica Anual

Os dados referentes   capital e   distribui o intra-urbana de sua popula o são congruentes com a conforma o espacial citada. Belo Horizonte apresentou, nos anos 80, um crescimento equivalente   metade da média metropolitana, embora seus vetores norte e oeste tenham experimentado um desempenho bem superior. Ao Norte, o ritmo de crescimento demográfico na área sob jurisdi o da AR (Administra o Regional) Pampulha e na AR Norte foi o dobro do verificado no total do município, e o de Venda Nova, o triplo. A Oeste, o crescimento relativo da popula o residente na AR Barreiro aproxima-se ao de Venda Nova. As ARs mais centrais tiveram incremento nulo ou mesmo negativo.

Ora, embora a preocupa o inicial tenha sido detectar mudanças, a constata o mais importante se refere   persistência,   continuidade de um processo de décadas, segundo o qual o crescimento populacional – maior ou menor – d -se mediante progressiva ocupa o dos eixos norte e oeste, seja pela incorpora o de novos territórios seja pelo incremento de densidades. Assim a novidade nesse aspecto está mais na localiza o e na intensidade do crescimento ao longo daqueles eixos espacialmente estruturantes.

Essa aparente novidade, indicada pelos dados demográficos, já fora sinalizada pelos agentes imobiliários desde o final dos anos 40 e pode ser visualizada na evolu o dos parcelamentos. Com efeito, o empreendimento da Pampulha, ao Norte do Núcleo Central, e da Cidade Industrial, a Oeste, indicaram imediatamente aos empresários imobiliários o mercado futuro (Plambel, 1978 e 1986). A aglomera o metropolitana tem início com essas iniciativas articulando inicialmente regiões do próprio município, até então isoladas no núcleo central – Barreiro, a Oeste, e o distrito de Venda Nova, ao Norte, e criando problemas para a articula o do espaço do município de Contagem. O efeito Pampulha ensejou ainda outros empreendimentos a noroeste do Aglomerado, de que pe exemplo a Cidade Jardim Balneário (região da Ressaca), favorecendo a expansão para o município de Contagem e aprofundando os efeitos desarticuladores sobre a polariza o daquela sede municipal.

Os dados seguintes sintetizam aquela trajetória de forma o da aglomera o metropolitana.

RMBH	Anos	Popula�o total	Popula�o agregada � aglomera�o		Taxas de crescimento	
			(N)	%	Popula�o total	Popula�o agregada
Aglomerado	1970	1.419.971	381.130	23,74	4,9	5,7
	1980	2.292.836	665.187	26,31	2,5	4,8
	1991	3.007.371	1.115.905	33,49	3,6	5,2

Contrariando as teorias voltadas para explicar o chamado crescimento “natural” das cidades, Belo Horizonte, como cidade planejada em fins do século XIX, cresceu da periferia para o centro. O zoneamento adotado favoreceu a proliferação de diversas aglomerações pouco articuladas às zonas urbanas e suburbanas – as colônias agrícolas. Além disso, o próprio sistema de comunicação ferroviária implantado desde o início ensejou a consolidação de núcleos em torno de estações e paradas, direcionando o crescimento no eixo leste com término na estação de General Carneiro, nos municípios de Sabará, Barreiro – colônia no extremo Oeste, iniciada já em 1894 – e Bernardo Monteiro, no interior do futuro município de Contagem. Nessa evolução, instaura-se o trinômio, conjugando rede fluvial, estrada de ferro e favelas. As linhas de bondes implantadas logo no início deste século cuidam de suprir a integração do centro com outras periferias emergentes.

O Censo Municipal de 1912 acusou uma população de 38.822 habitantes, da qual apenas 32% na área urbana. A maioria ocupava a periferia, desde General Carneiro, Marzagão e Taquaril a Leste, até Menezes, Jatobá e Barreiro a Oeste, Gorduras e Nordeste, Engenho Nogueira e Pampulha, ao Norte e, além do núcleo de Venda Nova, que preexistia à capital (FJP, 1996, p. 59).

O início da conurbação se deu com a consolidação da Cidade Industrial de Contagem, no começo dos anos 60. Com efeito, a ação dos empresários industriais exigiu assentamentos operários junto à Cabana do Pai Tomás, no município de Belo Horizonte (Fonseca, 1978). Assim, na década de 50, Belo Horizonte e os municípios vizinhos acusaram uma taxa anual de crescimento da ordem de 6,5%, graças à migração, responsável por 59% desse efetivo. Contagem é o destaque, com taxas anuais de 16,5%. Os anos 70 presenciaram a incorporação de Justinópolis, em Ribeirão das Neves, de Durval de Barros, em Ibirité, de Gal. Carneiro, em Sabará, e de São Benedito, em Santa Luzia. Em 1980, a conurbação se estendeu, ao Norte, com grandes conjuntos para população de baixa renda, para Santa Luzia e Vespasiano e, a Oeste, para Betim (Plambel, 1986, v. 1, p. 72).

A população residente na RMBH era de 1,6 milhão em 1970; 2,5% em 1980 e 3,3% em 1991, tendo crescido a uma taxa de 3,4% a.a. no período; 4,5% nos anos 70 e 2,4% nos anos 80. A densidade demográfica dobrou no período, passando de 4.33 hab/hec. em 1970 para 8.82 em 1991,

O espaço urbano resultante apresenta-se bastante complexo. Adotamos aqui a caracterização dos processos espaciais da RMBH elaborada pelo órgão técnico de planejamento, que levou em conta a evolução histórica, a especialização, as forças estruturantes e, particularmente, o maior ou menor comprometimento com a metropolização como processo.

Assim, a estrutura urbana da RMBH foi analisada, num primeiro nível de aproximação, em oito grandes unidades espaciais: o *Núcleo Central*, compreendendo o Centro Metropolitano – perímetro interno da Avenida do Contorno de acordo com o plano original de Aarão Reis – e sua expansão para a *Zona Sul*; a *Pampulha* como proje o da centralidade metropolitana e o *Eixo Industrial* são os espaços de maior comprometimento, vindo a seguir o *Anel Pericentral* e as *Periferias*. Todos esses espaços formam a Aglomera o Metropolitana. O menor comprometimento acontece nas chamadas *Franjas do Aglomerado*, nas áreas de *Expansão Metropolitana* – essas recebem as marcas dos conflitos de polariza o das sedes dos municípios não conurbados e as * reas de Comprometimento Mínimo*.

A citada análise propõe ainda sucessivas aproxima es para uma melhor compreensão dos microprocessos que levaram   defini o de diferentes níveis sob o nome de Complexos de Campos, Subcomplexos de Campos, Campos e áreas Homog neas. Campos são unidades de vida urbana, enquanto áreas homog neas são espaços em que se inscrevem os processos urbanos funcionalizados, evidenciando a divisão e a estratifica o sociais do espaço. No desenvolvimento deste trabalho, utilizaremos, sobretudo, os dois primeiros níveis, o que implica a especifica o de oito e de cerca de quarenta unidades espaciais, respectivamente.

As três tabelas seguintes, com maior desagrega o no Anexo, mostram uma profunda transforma o na distribui o espacial da popula o nas duas últimas décadas. Em 1970, a maioria da popula o, 55%, tinha o Núcleo Central e o Anel Pericentral como o seu espaço de moradia, enquanto quase um terço residia no Eixo Industrial e nas Periferias. Em 1991, tais propor es de invertem: o Centro e sua seq ncia têm menos de um terço dos habitantes e a Periferia e o Eixo Industrial, mais da metade. Haja vista a diferença nas taxas anuais de crescimento, em todo o período: nas mais centrais, variam entre um terço e um quinto da metropolitana, enquanto nas regiões industrial e periférica oscilam em torno de valores equivalentes ao dobro da m dia. Assim, as densidades demográficas vigentes, em 1991 revelam-se altas nas áreas central e pericentral – 81 e 100 hab/hec – quando comparadas com as da região industrial e pericentral – 50 e 58. A evolu o das taxas, porém, evidencia um processo caracterizado por seu estancamento nas duas primeiras e alto crescimento nas últimas.

Tabela 5
Distribuição da população segundo Unidades Espaciais de Estrutura Urbana.
RMBH – 1970-91

Unidades Espaciais (1º niv)	1970		1980		1991	
	(n)	%	(n)	%	(n)	%
Núcleo Central	220.464	13,75	255.598	10,24	270.351	8,30
Anel Pericentral	659.052	41,12	755.932	30,27	757.732	23,27
Pampulha	52.189	3,26	97.522	3,91	117.699	3,61
Eixo Industrial	263.793	16,46	581.927	23,30	845.720	25,97
Periferias	226.713	14,14	563.898	22,58	953.763	29,29
Franjas	10.655	0,66	17.416	0,70	14.711	0,45
Exp. Metropolitana	122.353	7,63	161.680	6,47	220.710	6,76
Comprom. Mínimo	47.624	2,97	63.057	2,53	75.371	2,31
RMBH	1.602.843	100,00	2.497.030	100,00	3.256.057	100,00

Fontes: FIBGE, Censos Demográficos e FJP - dados trabalhados.

Tabela 6
Taxas de crescimento demográfico segundo Unidades de Estrutura Urbana.
RMBH – 1970-91

Unidades	70/80	80/91	70/91
Núcleo Central	1.6	0.6	1.0
Anel Pericentral	1.4	0.2	0.7
Pampulha	6.4	1.7	3.9
Eixo Industrial	8.2	3.4	5.7
Periferias	10.2	4.9	7.1
Franjas	5.0	-1.6	1.6
Exp. Metropolitana	2.8	2.9	2.8
Comprom. Mínimo	2.8	1.6	2.2
RMBH	4.5	2.4	3.4

Fontes: FIBGE, Censos Demográficos e FJP - dados trabalhados.

Tabela 7
Densidades demográficas segundo Unidades Espaciais de Estrutura Urbana.
RMBH – 1970-91

Unidades Espaciais (1 ^o niv)	�rea (hec)	Densidades			Evolu�o (1970-91)	
		1970	1980	1991	1980	1991
Núcleo Central	3.335	6610	7664	8106	1.16	1.22
Anel Pericentral	7.575	8700	9979	10003	1.15	1.15
Pampulha	4.896	1065	1992	2404	1.87	2.26
Eixo Industrial	16.894	1561	3446	5006	2.23	3.21
Periferias	16.473	1376	3423	5790	2.49	4.21
Franjas	92.692	011	018	016	1.63	1.45
Exp. Metropolitana	135.574	06	1.19	1.63	1.32	1.81
Comprom. Mínimo	91.991	052	069	082	1.33	1.57
RMBH	370.163	4.34	6.76	8.82	1.56	2.03

Fontes: FIBGE, Censos Demográficos e FJP - dados trabalhados.

Nossas principais constata es mostram que, ao contrário de muitos prognósticos, não ocorreu o esgotamento do sistema periférico de crescimento. Vigora ainda nos últimos anos o predomínio de ocupa o extensiva. O chamado "modelo de crescimento urbano" necessita de maiores qualifica es. Há que se distinguir o parcelamento de terrenos, a oferta de lotes – que sofreu um corte brutal na última década – da sua efetiva ocupa o. Aquele pode ter uma dimensão temporal de curto prazo; esta, de longo. Até hoje se verifica a ocupa o efetiva de loteamentos da década de 50, na região de Betim. A grande maioria dos lotes postos   venda em Igarapé, no final dos anos 70 e início dos 80, permanece ociosa. Uma coisa são as tendências e lógicas, outra   a sua efetiva o no tempo e espaço. Verifica-se atualmente, na RMBH, um processo de descentraliza o de famílias no território em virtude de atividades imobiliárias pretéritas. Mesma a evolu o das densidades demográficas mostra sua intensifica o em regiões mais distantes do centro, que já tinham densidades relativamente altas e experimentaram pouco crescimento.

O segundo ponto deste trabalho se refere   mobilidade intra-urbana. Embora pioneiro, especialmente pela escala urbana com que trabalha, as pretensões são modestas, pois o seu caráter exploratório se justifica ante o relativo desconhecimento da questão. No seu delineamento busca-se reconstituir a origem e o destino dos deslocamentos, suas rela es e os efeitos socioespaciais do processo.

Tabela 8
Tempo de residência das famílias no local da pesquisa. RMBH – 1992

Grupos de Tempo	%
Até 2 anos	21,3
De 2 a 5 anos	16,4
De 5 a 10 anos	19,7
De 10 a 20 anos	23,7
Mais de 20 anos	18,9
Total	100,0 (830.738)

Fonte: Transmetro/Plambel, OD/92.

Segundo os dados sobre o tempo de residência das famílias da Pesquisa Origem e Destino, promovida na RMBH em 1992 pela Transmetro e Plambel (doravante OD/92) o processo de mobilidade intra-urbana se mantém intenso nos anos 90, visto o aumento do percentual dos residentes com menos de 2 anos no endereço atual, quando a tendência dos dados apontava para uma queda. Ora, levando-se em conta o decrescente peso do componente migratório no incremento demográfico, tal constatação aumenta o significado da mobilidade intra-urbana.

Pensando na dinâmica urbana, algumas questões se impõem quanto à origem e a destino desses novos moradores. A relação seguinte mostra as principais regiões de destino e, nela, o destaque é para a região da Cidade Industrial Juventino Dias e o Barreiro, lugares para onde se destina uma em cada seis famílias, persistentemente, ao longo de todo o período analisado. O vetor norte, especialmente Venda Nova e Justinópolis, tem alta e flutuante participação. Nos dois casos, o resultado na forma urbana é a incorporação e/ou criação de novos espaços. Já o Centro e o Anel Pericentral são um constante destino, embora em proporções bastante inferiores, sendo o aumento de densidade demográfica o resultado esperado nas antigas periferias. Finalmente, as periferias mais distantes ou as sedes municipais são o destino com intensidade flutuante de novas famílias moradoras.

Além do perfil do destino dos deslocamentos familiares no espaço metropolitano, essa matriz de dados possibilita uma especificação dos diferentes espaços segundo o tempo de residência, com interessantes resultados. Em primeiro lugar, há um conjunto de espaços que apresenta um comportamento equivalente à média metropolitana: a Área Central, o conjunto da Zona Sul, a região do Calafate e Gameleira, a Pampulha, o pólo Cidade Industrial/Barreiro e a sede de Lagoa Santa apresentam uma tal constância ao longo do tempo que se afiguram, até hoje, como espaço de novos residentes, cujos processos urbanos retomaremos adiante.

Tabela 9
Tempo de residência (anos) das famílias segundo Categorias Espaciais.
RMBH – 1992

Categorias Espaciais	Até 2 (%)	2 a 5 (%)	5 a 10 (%)	10 a 20 (%)	+ de 20 (%)
Cidade Industrial/Barreiro	15	20	17	18	17
Floresta/Horto/Renascença	14	8	8	6	6
Calafate/Gameleira	8	6	6	5	5
Zona Sul	7	7	-	7	6
Carlos Prates/Pe. Eustáquio	6	3	3	3	2
Ressaca	6	8	7	8	7
Aarão Reis	6	8	6	6	7
Lagoinha/Cachoeirinha	5	2	-	2	2
Santa Efigênia	5	2	-	4	2
Venda Nova/Justinópolis	3	9	11	8	9
�rea Central	3	2	3	3	3
Nova Lima/Raposos	3	1	-	-	-
Pampulha	3	4	4	4	4
São Benedito	-	2	5	3	4
Contagem	-	1	2	1,5	2
Betim	-	1	2	4	3
Ibirité	-	1	-	1,5	2,5
Rio Acima	-	1	-	-	-
Ribeirão das Neves	-	-	2	3	2
Sub-total	82	88	76	84	84
Participa�o Relativa	21,3	16,4	19,7	23,7	18,9

Fonte: Transmetro/Plambel, OD/92.

Em segundo, há – por oposi o ao tipo médio – uma identifica o de situa es extremas. Os dados a seguir destacam as unidades que experimentaram uma absor o explosiva de novos residentes, considerada a data da última mudança da residência.

Assim, há um grupo caracterizado pela existência muito significativa de moradores – mais de 30% – residindo no local há mais de 20 anos. Tais parcelas do território experimentaram um crescimento significativo ao longo do tempo, obtendo taxas de crescimento equivalentes   média metropolitana, que foram altas, especialmente entre 1970 e 1985. A partir de 1987, no entanto, tais espaços têm apresentando uma baixa absor o de novos moradores. Em termos de estrutura urbana, ou são espaços pericentrais, como Carlos Prates/Pe. Eustáquio, Lagoinha/Cachoeirinha, Floresta/Horto/Renascença e a porão mais central de Santa efigênia, ou então são sedes municipais relativamente isoladas, como Nova Lima, Raposos, Rio Acima, Caeté e Esmeraldas.

Tabela 10
Distribuição de famílias segundo tempo de residência
por unidades espaciais. RMBH – 1992

Até 2 anos	De 2 a 5 anos	De 5 a 10 anos	De 10 a 20 anos	Mais de 20 anos
Esmeralda BR 48	V. das Flores 38	São Benedito 36	Citrolândia 32	Fidalgo 50
Betim 38	Igarapé 30	Vespasiano 31	Gal. Carneiro 30	Nova Lima 38
Ribeirão das 38	Mateus Leme 21	Vianópolis 31	Aeroporto 29	Oeste 37
Neves	Neves 25	Neves 25	Internacional	Brumadinho
Juatuba 38	Betim 24	Contagem 24	Aarão Reis 28	Lagoinha 34
Ibirité 32	Ibirité 23		Santa Luzia 28	Caeté 34
Sarzedo 32	Contagem 23		Brumadinho 27	Carlos Prates 34
	São Benedito 21			Floresta 31
				Sabará 31
				Santa Efigênia 30
				Esmeraldas 30
				Rio Acima 27
				Brumadinho 26

Fonte: OD/92.

O processo de metropolização se faz com a incorporação de lugares que funcionaram, durante algum tempo, como ponto futuro de expansão territorial ou mesmo com a produção de novos espaços. O tempo de residência e sua flutuação ao longo de quase três décadas oferece uma indicação elucidativa da evolução urbana de Belo Horizonte. Dessa forma, há uma extensa relação de lugares que irão obter significação como destino de novos moradores em períodos bem precisos. Assim, Juatuba, a região de Esmeraldas, polarizada pela BR-040, e Sarzedo só vão se destacar com taxas explosivas (embora compreensíveis, considerados seus valores absolutos) nos anos 90. Na década de 70, Contagem era uma alternativa habitacional para contingentes de trabalhadores, no vetor oeste; o mesmo acontecendo com São benedito e Justinópolis, no Norte. Apresentam, com taxas diferentes, alto crescimento nos anos 80 e médio nos 90, embora Contagem já experimentalmente queda mais significativa. Já Ribeirão das Neves, Betim e Ibirité, nos anos 90, dão continuidade à expansão horizontal de suas periferias.

As periferias surgidas no interior do “milagre” da década de 70 não repetem igualmente a façanha. O crescimento, ainda elevado ao longo dos anos 80, aponta contudo para uma estreita relação entre o acesso aos benefícios urbanos e o decréscimo da ocupação, mostrando a lógica do mercado imobiliário. Na última década, apenas algumas áreas se incorporam ao aglomerado, embora acusem taxas astronômicas de crescimento anualizado, 83% para o Conjunto Cristina-Palmital e 23,9% no Borges, 15% no Morro Alto, 20% no Estrela Dalva e 23% na área de

expansão de Betim em dire o a Vargem das Flores. A maioria dessas ocorrências   devida a deslocamento de popula o para conjuntos habitacionais de baixa renda de iniciativa do poder público.

Interessante destacar que as mesmas unidades espaciais que foram destaque na obser o de imigrantes metropolitanos constituem-se também em focos importantes de origem de novos deslocamentos. Assim, no período mais recente (1987/1992), onze das quatro dezenas de unidades v o responder por 70% da origem da movimenta o:

Tabela 11
Distribui o das famílias segundo origem dos deslocamentos. RMBH – 1992

Unidades (2� Nível)	%
Cidade Industrial	16,0
Floresta/Horto/Renascença	8,7
Betim	7,7
Venda Nova/Justinópolis	6,9
Zona Sul	5,9
Calafate/Gameleira	5,9
Aarão Reis	5,8
Pampulha	4,6
Ressaca	4,5
Carlos Prates/Pe. Eustáquio	3,4
Centro	3,1
Sub-total	69,4

Fonte: OD/92, reprocessamento 97.

As principais áreas de origem são as integrantes do Anel Pericentral, região que sofre um esvaziamento populacional. Mas mesma a dinâmica região industrial contribui igualmente como lugar de origem, o que não ocorre com os espaços da periferia, cuja participa o   relativamente reduzida. Chama aten o, nesse processo, que a grande maioria das mudanças se destina   própria região, quando a sua origem se dá no eixo industrial, nas periferias e também na Zona Sul e no Centro. Tal fato, porém, não ocorre na mesma intensidade se a origem se localiza na região pericentral e na Pampulha. Nos casos de deslocamentos não resolvidos internamente, o destino mais freqüente   a periferia,   exce o daqueles provenientes do Centro e da Zona Sul, que se dirigem um ao outro.

A rela o origem e destino dos deslocamentos   sintetizada na tabela a seguir, em um nível de agrega o maior. Da sua leitura importa salientar três pontos.

Um, a distribuição das famílias segundo a origem e o destino praticamente se mantém ao longo da década, mesmo quando dividida em quinquênios, com dois destaques: a exceção do Anel Pericentral, cujo esvaziamento se dá ao longo da década, mas de maneira mais intensa nos primeiros anos de 1980 e o alto significado das periferias e da área industrial nessa movimentação, respondendo por cerca da metade dos deslocamentos das famílias.

Dois, a proporção das famílias que chegam é superior à daquelas que saem, principalmente nas periferias, embora isso ocorra também na Pampulha e nos municípios da Área de Expansão Metropolitana. O saldo líquido negativo se localiza especialmente no Anel Pericentral e, em menor intensidade, no Núcleo Central e mesmo no Eixo Industrial.

E três, as famílias mudam sobretudo para espaços vizinhos, dentro da própria zona. As duas últimas colunas da Tabela 12, citando apenas os casos extremos, mostram que na região industrial as famílias resolvem internamente a questão, entre 70 e 80% dos casos na origem e no destino, enquanto que na Pampulha a solução interna satisfaz entre 30 e 40% das mudanças de endereço.

Tabela 12
Distribuição dos deslocamentos intra-urbanos das famílias segundo origem e destino por unidades espaciais. RMBH – 1982/92

Unidades Espaciais (1º Niv)	Tempo	Origem	Destino	Intra-unidade	
				Origem%	Destino%
Núcleo Central	Até 5 anos	8.5	9.0	63	59
	5 – 10 anos	8.3	9.6	69	60
Anel Pericentral	Até 5 anos	17.3	23.8	67	48
	5 – 10 anos	19.8	30.8	75	48
Pampulha	Até 5 anos	5.9	4.6	33	42
	5 – 10 anos	5.5	4.8	34	39
Eixo Industrial	Até 5 anos	24.6	27.4	79	71
	5 – 10 anos	21.6	21.4	76	77
Periferias	Até 5 anos	24.2	20.6	60	70
	5 – 10 anos	25.5	18.5	51	71
Franjas	Até 5 anos	1.5	0.7	66	88
	5 – 10 anos	2.0	0.6	22	78
Expansão Metropolitana	Até 5 anos	14.6	11.0	66	88
	5 – 10 anos	14.0	11.5	72	87
Comprometimento Mínimo	Até 5 anos	3.4	2.9	73	86
	5 – 10 anos	3.4	2.9	77	92

Fonte: OD/92, reprocessamento 97.

Os efeitos dos diferentes processos motivadores dos deslocamentos das famílias no interior da região metropolitana têm marcas socioecon micas, que podem ser traduzidas na elitiza o dos espaços, no seu empobrecimento ou mesmo na mera reprodu o da situa o anterior.

O indicador aqui utilizado   o da distribui o da popula o segundo faixas de rendimento na ocupa o principal, muito mais seguro para os nossos propósitos que o da renda total e o da renda média, em virtude das dificuldades e pressupostos que ambos incorporam.

Os dados se referem   renda auferida pelos imigrantes dos períodos 1987 a 1992 e 1982 a 1987. Os resultados mostram que na RMBH há um processo de ligeiro empobrecimento dos imigrantes intra-urbanos em virtude do aumento do grupo de renda baixa (de 62% para 69%) e da diminui o do de renda média (de 30% para 23%) e da manuten o da propor o do de renda alta, 8% da popula o ocupada.

O espaço urbano vivencia diferentemente tais altera es de rendimento entre os imigrantes:

– A  rea Central permanece como a região que tem menos pobres e a de maior contingente de rendimentos médios, embora os primeiros tenham experimentado um ligeiro aumento (de 28% para 33%) e os segundos, uma ligeira diminui o (de 50% para 45%). Os de alta renda permanecem do mesmo tamanho, 22%.

– Na região imediata ao Centro, as altera es se d o em diferentes sentidos. No geral, os novos moradores reproduzem a situa o de rendimentos prevalecente na Zona Sul e nas regiões do Calafate/Gameleira e da Floresta/Horto/Renascença; produzem uma elitiza o no Carlos Prates/Pe. Eustáquio e um empobrecimento na Lagoinha/Cachoeirinha e em Santa Efigênia. A Zona Sul continua sendo a região com maior propor o de alta renda.

– A Pampulha padece de uma polariza o; nela continua a reprodu o da camada de alta renda e o incremento da de baixa, com o esvaziamento da camada média.

– No chamado Eixo Industrial, o empobrecimento relativo metropolitano adquire maior nitidez. No entanto, existem nuanças internas; as regiões mais consolidadas, como a Cidade Industrial e o Barreiro, apresentam um perfil de renda relativamente próximo ao metropolitano, particularmente nas propor es das camadas de baixa renda. A partir da , em dire o   sede de Contagem há uma melhoria relativa, com o fortalecimento da complexidade resultante do incremento de camadas de renda média e uma diminui o na propor o dos mais pobres. No entanto,

Tabela 13
Distribuição da população ocupada segundo renda na ocupação principal e tempo de residência segundo Unidades Espaciais (2º Nível). RMBH – 1992

Unidades (2º Niv.)	Renda Baixa		Renda Alta	
	Até 5 anos	5 a 10 anos	Até 5 anos	5 a 10 anos
01 - Área Central	33	28	22	22
02 - Zona Sul	56	48	18	29
03 - Calafate/Gameleira	55	48	14	18
04 - Carlos Prates/Pe. Eustáquio	56	61	15	10
05 - Lagoinha/Cachoeirinha	63	49	4	14
06 - Floresta/Horto/Renascença	52	54	16	16
07 - Santa Efigênia	71	46	5	15
08 - Pampulha	63	42	14	13
09 - Cidade Industrial/Barreiro	73	69	3	3
10 - Contagem Sede	64	74	4	5
11 - Betim Sede	77	66	1	5
12 - Ibirité	90	73	-	-
13 - Ressaca	74	67	4	4
14 - Venda Nova/Justinópolis	85	67	1	-
15 - São Benedito	78	78	2	-
16 - Aarão Reis	85	74	2	2
17 - Gal. Carneiro	69	88	6	-
18 - Ribeirão das Neves	89	84	2	-
19 - Franja Sul	89	81	2	8
22 - Vespasiano	68	50	3	3
23 - Lagoa Santa	71	72	3	3
24 - Santa Luzia	67	51	9	7
26 - Sabará	80	69	-	-
27 - Nova Lima/Raposos	76	71	2	2
29 - Sarzedo	87	93	-	-
33 - Caeté	50	86	20	7
34 - Retiro	79	70	-	-
35 - P. Leopoldo Sede	86	88	4	-
39 - Esmeraldas	66	62	6	7
40 - Esmeraldas / BR-040	81	82	-	-
41 - Mateus Leme	81	82	-	-
43 - Juatuba	81	89	-	-
45 - Igarapé/Bicas	88	86	-	-
RMBH	69	62	8	8

Fonte: OD/92, reprocessamento/97.

nos espaços industriais mais recentes – caminhando em direção a Betim – há um significativo empobrecimento, embora ainda haja alguma heterogeneidade, já que entre um quarto e um terço da população não é de baixa renda. Mas a sua extensão confirma a reprodução maciça da pobreza – entre 80% e 90% – a exemplo de Ibirité, Mateus Leme, Igarapé e Esmeraldas/040.

– As periferias, que já eram pobres, têm experimentado, em virtude da mobilidade intra-urbana, não são a reprodução, mas uma relativa ampliação das camadas de renda baixa. Venda Nova/Justinópolis e Ribeirão das Neves consagram o vetor norte como espaço periférico exemplar.

– Vespasiano, Santa Luzia e Sabará, espaços de expansão da metrópole, e Caeté, isolada, justificam a constatação de que quanto maior a integração com o Aglomerado, maior o efeito da mobilidade, no caso, empobrecimento.

O exame feito até aqui destacou a relativa persistência da dinâmica da estruturação espacial da RMBH, calcada na relação população e espaço. Nesta última parte, o foco se volta para algumas mudanças que ocorreram na última década.

De início deve-se destacar o colapso do Sistema Financeiro da Habitação, que culminou com a extinção do Banco Nacional da Habitação, criando um vazio nessa área, especialmente para a população de baixa renda (Plambel, 1988). Outro ponto   a abertura política do início da década, favorecendo a manifestação e mobilização populares, no contexto de eleições diretas para governadores e prefeitos. Um outro aspecto, que decorre em parte dos dois primeiros, mas que pode ser analisado como componente desse momento, são os programas de habitação do governo federal, com marcas de descentralização, voltados para o atendimento   população de baixa renda. Importa destacar, como efeito especial para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, a implantação de programas e projetos desenvolvidos na década anterior e que foram concretizados somente nesta década, merecendo registro os altos investimentos no sistema viário e de transportes metropolitano, o projeto de recuperação da área central de Belo Horizonte, PACE, as ações emergenciais voltadas para atenuação dos efeitos das enchentes nos primeiros anos da década e o remanejamento de população em áreas desapropriadas para obras de grande porte. Por último, a elaboração da Constituição do estado reconhece a Região Metropolitana de Belo Horizonte, incorpora a ela mais quatro municípios e cria, como órgão principal de gestão, a Assembléia Metropolitana.

As inúmeras conseqüências desses macro e meso-processos determinam mudanças no cotidiano dos moradores, redirecionando os processos espaciais. Nesse contexto, serão destacados as mudanças do centro metropolitano, as características da “suburbanização como modo de vida”, os efeitos dos programas habitacionais descentralizados e o comportamento de favelas.

Quanto    rea Central, sobressai seu esvaziamento desde a década de 60.

As macrodiretrizes elaboradas na primeira metade dos anos 70 – substanciais nos documentos Esquema Metropolitano de Estruturas, Modelo

Metropolitano de Transporte Integrado e Plano da Área Central – reorientavam o planejamento metropolitano. As propostas quanto ao Centro visavam devolver-lhe suas funções nobres, com destaque aos serviços de caráter propriamente metropolitano; desestimular a localização de atividades econômicas vinculadas à economia de transbordo, promovendo a desconcentração do comércio de subsistência; melhorar as condições de habitabilidade, evitando o esvaziamento sem privilegiar uma classe específica, mas mantendo a complexidade das relações. Em síntese, elitizar os serviços e deselitizar as relações de moradia.

Apesar disso, a Área Central prosseguiu acusando taxas negativas constantes, de 1970 a 1991, da ordem de 1,4% ao ano, alterando os usos residenciais e verticalizando os assentamentos. Paradoxalmente, o decréscimo da população e da densidade não reflete o número de domicílios ocupados.

Pesquisas realizadas ao longo da década mostram que o Núcleo Central está cindido em duas metades: a área nobre do bairro dos Funcionários, que toma o nome de Região da Savassi, e o centro comercial antigo, cada vez mais despovoado e marcado pela economia de transbordo. Desse modo, a Área Central absorve e explicita os desafios da estrutura metropolitana. A “Savassi” torna-se o centro metropolitano das funções nobres, até o surgimento de uma rede de *shoppings*, e a área comercial antiga, local de convergência das periferias e do pericentro.

Apesar do constante decréscimo da população, o empresário imobiliário continuou investindo em moradias, permitindo um crescimento anual ao longo da década da ordem de 1,1% de domicílios ocupados. Os autores que elaboraram os estudos técnicos para fundamentar as propostas do Plano Diretor do Município de Belo Horizonte encontraram-se com o desafio “diminuição da população X crescimento de domicílios” (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, s.d., p. 83), a que se alia a presença de 13% de domicílios vagos. Concluindo, sinalizam para a “reversão da tendência de perda da população mostrada na década” (idem, p. 87). Essa mesma “reversão” fora também esperada pelos técnicos do órgão de Planejamento Metropolitano, quando delinearão o PACE (Programa de Revitalização da Área Central) e definiram taxas de crescimento para a Área Central (Plambel, 1985, pp. 98-101).

Entre outras possibilidades, os empresários imobiliários responderam às intervenções do PACE garantindo tanto um estoque de moradias quanto novos padrões. A tabela abaixo permite compreender um pouco melhor a afirmação.

Tabela 14
Número de domicílios do Núcleo Central por década
e taxas de crescimento anual (2  Nível). – 1970/91

Níveis	1970	1980	Taxa	1991	Taxa	Taxa 70-91
�rea Central	188,31	21339	1,2	23556	0,9	1,0
Mangabeiras	12360	20324	5,1	25288	2,2	3,5
Zona Sul	10412	17596	5,4	26001	3,6	4,4
	41603	59259	3,6	74845	2,1	2,8

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos. Plambel dados trabalhados.

Os domicílios do Núcleo Central são ocupados por famílias adultas. aproximadamente 17% dos moradores acusam idade superior a 60 anos e, em contraste, 65% de pessoas que são enviadas pelos pais para estudar também preferem nele residir e especialmente (42%) na  rea Central (42% segundo a OD/92).

Outro aspecto   a sua crescente verticalização. As casas de um ou dois pavimentos representam apenas 28,09% dos domicílios particulares ocupados e, desses, 48,8% se situam em favelas. Os apartamentos perfazem 68,26% e os domicílios coletivos 3,25%. Complexifica ainda o centro a recém-presença de domicílios improvisados, 0,4% segundo o censo de 1991. As favelas constituem 14,08% das residências, contribuindo para aumentar os coeficientes de dispersão da renda dos chefes de família, em média 14 salários mínimos.

Em síntese, o Núcleo Central como espaço de moradia vem se confirmando pela verticalização, pela população adulta e a presença de domicílios coletivos e grupos conviventes, uso ocasional reservado aos proprietários absenteistas e favelas adensadas.

Pelo visto, esse espaço sintetiza contradições do metropolitano. As diferentes alternativas desenvolvidas nas últimas décadas colocam problemas a serem encarados: a questão das favelas, de habitação para a população de baixa renda, alternativas de uma vida confortável e segura para segmentos de uma classe média em pânico com as ameaças da desigualdade.

Quanto às favelas, até o final da década de 70, obedeciam às determinações dos espaços estruturantes da metropolização. Situavam-se em áreas de baixo valor e alto risco no interior e nas proximidades do Núcleo Central e no Eixo Industrial, acompanhando os fundos de vale do ribeirão Arrudas, no sentido Leste-Oeste e as encostas da Zona Sul.

Programas de obras visando a uma melhor articulação do Centro Metropolitano, obedientes às diretrizes do Esquema Metropolitano de Estruturas, iniciaram um processo de remoção da população em algumas áreas. Entretanto, foram as enchentes dos primeiros anos 80 que forçaram a criação de novos espaços de habitação popular. Um abarracamento provisório indica para a população favelada a ocupação da periferia. A primeira delas, na região dos gorduras, extremo nordeste da capital, numa área reservada pelo poder público que ficou conhecida como “Vila Maria”. Nova solução advém da existência de conjuntos habitacionais sem clientela de mercado, exatamente por sua marca de periferia. Muitos moradores foram deslocados dos limites da avenida do Contorno para os conjuntos habitacionais Morro Alto e palmital, ambos na Zona Norte, explicando as altas taxas de crescimento dos municípios de Vespasiano e Santa Luzia.

Os estertores do programa nacional de financiamento da habitação, além de ensejar a mobilização dos “sem casa”, favorecem o surgimento de estudos e projetos visando a questão da moradia para a população de baixa renda e as repercussões da ocupação dos espaços periféricos. Promorar, Profavela, Properiferia e Prohabitação são programas que se sucedem como respostas do poder público à pressão crescente da população carente (Mares Guia e Souza, 1996, pp. 40-3). A concretização desses programas, em especial o Prohabitação, cria espaços favoráveis ao surgimento de mobilizações como a Federação de Vilas, Favelas e Conjuntos Habitacionais, mostrando como as áreas deterioradas, antes privilégio das favelas, se estenderam aos “conjuntos habitacionais” (Assembléia, 1993). além disso, o empreendimento de conjuntos habitacionais para a população de baixa renda pelo sistema de mutirão e autoconstrução apontou para a ocupação pelo expediente da “invasão” das áreas vizinhas. Desse modo, São Benedito, onde se localiza o conjunto Palmital-Cristina, recebeu em curtíssimo período uma leva de 39 mil moradores, definindo uma taxa irreal de crescimento de 43% ao ano em duas décadas ou, então, 83% na última. O conjunto Morro alto foi instalado numa área totalmente vazia em 1980 e ocupado por 9.376 moradores, além dos 3.300 novos favelados do seu entorno que ele propiciou.

A principal constatação é que 87,3% dos moradores tinham até 10 anos de moradia e 97% até 15 anos, o que mostra a absoluta novidade das periferias criadas por programas públicos para a população de baixa renda. Desse modo, favelas e periferias tornam-se aliadas a partir dos anos 80. O centro, porém, como espaço privilegiado, aponta para uma nova alternativa. É a que privilegia conforto e segurança.

Tabela 15
Local de residência anterior dos moradores dos programas habitacionais para baixa renda e favelas da periferia

Unidade de Procedência	Percentual	Percentual acumulado
�rea Central	0.4	0.4
Zona Sul	2.4	2.7
Calafate/Gameleira	4.9	7.7
Carlos Prates	2.2	9.9
Lagoinha/Cachoeirinha	2.9	12.8
Floresta/Horto	6.6	19.4
Santa Efigênia	5.7	25.1
Pampulha	4.4	29.5
Cidade Industrial	20.7	50.2
Contagem	3.1	53.3
Betim	7.7	61.0
Ibirité	0.2	61.2
Ressaca	4.9	66.1
Venda Nova/Justinópolis	10.1	76.2
São Benedito	3.5	79.7
Aarão Reis	9.9	89.6
General Carneiro	0.4	89.9
Ribeirão das Neves	1.6	91.6
Outros	8.4	100.0

Fonte: OD/92, reprocessamento 97.

A década de 70, especialmente após o Plano de Ocupa o do Solo da Região Metropolitana (Plambel, 1976), assistiu   prolifera o de um novo tipo de parcelamento, os condomínios fechados, os sócios de recreio, juntos ou não, tendo em comum o uso ocasional.

O fen meno do parcelamento para uma classe média ascendente apontava para um espaço segregado do lazer, muito mais que de moradia urbana. Essa camada aprofunda as marcas da segrega o, instalando portões eletr nicos e porteiros nas guaritas, mas confia ainda na barreira invisível da demarca o do *status*, determinada pelos processos urbanos da cidade "planejada".

Ao longo dos anos 80, alguns desses espaços reservados ao uso ocasional de transformaram, merecendo alguma aten o.

Nota-se que o crescimento de domicílios nas áreas de sócios de recreio   superior ao da RMBH no mesmo período, tendo sido incrementados a ocupa o dessas áreas e o uso ocasional. Esse mesmo fen meno vinha ocorrendo nos municípios que se incorporaram   região, com destaque para Brumadinho e Esme-

raldas. No primeiro, a clientela principal são os moradores da Zona sul, enquanto os do Eixo Industrial procuram os condomínios do segundo. Já em Mateus Leme, foi lançado no mercado um condomínio como ensaio para uma classe média baixa (Mares Guia, 1994).

O exame da condição de posse, bem como a renda do chefe são fortes indicadores do uso desses espaços. As categorias “moradia própria” ou “cedida” são reveladoras da condição de proprietários ou de caseiros. Mostram também mudanças no uso daqueles espaços. Dois terços dos proprietários ocuparam essas áreas com uso permanente. Em alguns casos, a própria expansão das periferias modificou o uso; em outros, a classe média que optou pela “boa vida”. Nos condomínios ligados à expansão da Zona Sul sobressaem o Ouro Velho Mansões, ocupado por 73,76% de proprietários, o Serra del Rei, por 70,45% e o Retiro das Pedras, por 89,47%. Por outro lado, o Morro do Chapéu é preferido como moradia permanente por apenas 24,83%, ficando o dia-a-dia aos cuidados das famílias dos caseiros, que ocupam 73,2% dos domicílios

Tabela 16
Evolução dos domicílios por tipo de ocupação segundo
localidades de uso ocasional predominante

Município/localidade	Domicílios total		Taxa	Domicílios ocupados		Taxa	Uso ocasional		Taxa
	1980	1991	80-91	1980	1991	80-91	1980	1991	80-91
<i>Betim/Nossa Sra.Graças</i>	366	1358	14,0	225	1306	17,3	54	48	-1,0
<i>Ramacrisna</i>	-	272	-	-	182	-	-	86	-
<i>Vianópolis</i>	312	304	-0,2	231	210	-0,9	49	59	1,7
<i>Santo Afonso/Marimbá</i>	739	467	-	444	337	-	181	90	-
<i>Ibirité/Sarzedo</i>	243	642	9,2	178	493	9,7	24	75	10,9
<i>Lagoa Santa Centro</i>	2702	4127	3,9	1885	2817	3,7	404	667	4,7
<i>Confins</i>	348	618	5,4	248	485	6,3	22	36	4,6
<i>Tavares/Lagoa dos Mares</i>	271	298	0,8	203	220	0,7	35	57	4,5
<i>Lapinha</i>	264	418	1,5	185	292	4,2	18	57	11,0
<i>Nova Lima/Ouro Velho</i>	177	295	4,2	103	224	7,3	23	64	9,7
<i>Serra del Rei</i>	94	334	12,2	66	252	13,0	9	40	14,5
<i>Morro do Chapéu</i>	208	348	4,8	63	153	8,4	127	193	3,9
<i>Jardim Canadá</i>	153	175	1,2	81	126	4,1	49	32	-6,8
<i>Vale do Sol</i>	230	250	0,7	122	120	-0,1	73	93	3,6
<i>Pedro Leopoldo/Vera Cruz</i>	353	719	6,7	253	516	6,7	45	139	10,8
<i>Fidalgo</i>	-	734	-	-	487	-	-	99	-
<i>Ribeirão das Neves/Vale do Ouro</i>	94	273	10,1	34	78	7,8	46	176	13,0
<i>Vale da Prata/Acácias</i>	71	211	10,4	56	99	5,3	10	88	22,0
<i>Santa Luzia/Pinhões</i>	232	287	1,9	157	216	2,9	26	35	2,7
<i>Bonanza</i>	-	303	-	-	141	-	-	147	-
<i>Chácara Sta. Inês</i>	98	1230	26,0	61	985	28,8	22	108	15,6
<i>Vespasiano/Jardim Encantado</i>	812	954	1,5	608	587	-0,3	133	199	3,7
<i>Caeté/Morro Vermelho</i>	331	306	-0,7	233	195	-1,6	20	32	4,4
<i>Sabará/Ravena</i>	396	1022	9,0	290	784	8,6	42	138	11,4
<i>Rio Acima/Rural</i>	292	567	6,2	333	331	-0,1	94	183	6,2
Total	8786	16512	5,9	6059	11636	6,1	1506	2941	6,3

Fonte: FIBGE, Caderneta do Recenseador, 1980, 1991.

Tabela 17
Domicílios por tipo de ocupa o segundo os municípios
incorporados   RMBH após a Constitui o de 1989

	Total domicílios		Ocupados		Uso ocasional	
	N	%	N	%	N	%
<i>Brumadinho/Retiro Pedras</i>	506	19,72	249	49,20	211	41,70
<i>Casa Branca</i>	354	13,80	115	32,46	187	52,82
<i>Esmeraldas/Ipê Amarelo</i>	903	35,19	177	19,60	466	51,60
<i>Nossa Fazenda</i>	509	19,84	176	34,58	320	62,86
<i>Mateus Leme/Icarai</i>	294	11,45	105	35,71	166	56,46
Total	2566	100,00	822	32,06	1350	52,61

Fonte: FIBGE Censo de 1991 – Caderneta do Recenseador.

A renda média do chefe   também um importante indicador. apenas os condomínios de Nova Lima e Brumadinho acusam rendas superiores a 10 salários mínimos. Como essa renda média   contaminada pelas duas condi es de ocupa o, a análise dos casos extremos – retiro das Pedras, com 90% de proprietários residentes, e Vale do Ouro, com 94% de caseiros – depura as diferenças: no primeiro, a renda   de 25 SM e no último apenas de 1,5 SM. As diversas situa es intermediárias confirmam que aqueles empreendimentos agasalham uma diversidade social e que a maioria não escolheu, necessariamente, esses lugares como “enclave fortificado”, mas foi embalada pela onda de suburbaniza o, restando-lhe a op o de permanecer.

Insistimos nesses casos como uma tendência, pois o contingente de moradores nessas áreas representa menos de 1% da Região Metropolitana, indicando apenas que o empresário imobiliário ensaiou modelos de parcelamento em um período específico.

As novidades dos anos 80 estão mostrando mudanças sensíveis no Núcleo central e, especialmente, na área mais tradicional, aquela que perde popula o e ganha ao mesmo tempo um maior número de apartamentos. Sua vitalidade está na especializa o de lugar de serviços e comércio e como local de transbordo na movimentaa o pendular do transporte.

As molas propulsoras da periferia não são, hoje, o parcelamento clandestino mas a sua ocupa o, o empobrecimento, a faveliza o e mesmo o desdobramento pela iniciativa privada de a es governamentais clientelistas. As periferias antigas

deviam muito àqueles loteamentos e às referências de grandes investimentos públicos – criação de distritos industriais, conjuntos do BNH e obras viárias. As de hoje têm também a presença de investimentos públicos, menores e descentralizados, já que a crise fiscal e a participação política andam juntas nesses casos.

Tabela 18
Domicílios e moradores por condição de ocupação e renda do chefe
segundo localidades de uso predominante de sítios de recreio

	Total Domicílios	Casas/Condomínios	Uso próprio	Alugada	Cedida	Moradores	Renda média do chefe
Betim/Ramacrisna	182	182	47	12	123	748	42390,00
Vianópolis	210	209	116	23	71	932	69919,00
Santo Afonso/Marimbá	496	338	208	12	116	1513	29064,11
Ibirité/Sarzedo	629	607	475	55	94	2758	54974,33
Lagoa Santa Centro	2906	2422	2081	342	422	12143	82268,00
Nova Lima/Ouro Velho	224	221	163	21	39	875	554413,85
Serra del Rei	252	247	174	14	50	948	735227,53
Marro do Chapéu	166	153	38	3	112	466	323111,11
Jardim Canadá	155	124	82	12	30	564	83657,26
Vale do Sol	137	120	12	12	95	469	73598,33
Pedro Leopoldo/Vera Cruz	516	513	290	60	166	2324	39860,29
Pedro Leopoldo/Fidalgo	487	483	381	31	19	2021	61536,70
Rib. das Neves/Vale do Ouro	78	78	5	-	73	267	51025,00
Vale da Prata, Acácias	98	98	47	-	51	338	90083,69
Vespasiano/S. José Jd. Encantado	587	583	325	34	224	2553	73170,84
Brumadinho/Retiro Pedras	156	152	136	11	9	542	938848,51
Casa Branca	239	238	187	5	44	1016	36719,10
Esmeraldas/Nossa Fazenda	176	175	7	-	169	662	42618,41
Mateus Leme/Icarai	105	104	51	2	51	395	117853,00
Total	7799	7047	4825	649	1958	31534	

Fonte: FIBGE, Censo de 1991.

* Trabalho apresentado no XXI encontro anual da Anpocs, Seminário Temático *Metrópoles, desigualdades socioespaciais e governança urbana: reflexões comparativas*. Caxambu (MG), 21 a 25 de outubro de 1997.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, R. C. de (1993). *O Brasil Social: realidade, desafios e opções*. Rio de Janeiro, IPEA.
- ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado de Minas gerais (1993). Seminário Legislativo: Moradia Alicerce da Cidadania. Belo Horizonte.
- AZZONI, Carlos R. (1995). "Formação socioespacial metropolitana: novas tendências ou novas evidências". In: GONÇALVES, Maria F. (org.). *O novo brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre, Mercado Aberto.

- CALDEIRA, T. P. do (1997). Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 47, mar.
- CUNHA, José M. P. da (1997). A mobilidade intra-regional no contexto das mudanças do padrão migratório nacional: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. *Anais do 7. Encontro Nacional da ANPUR*. Recife, UFPE, v. 1, pp. 21-41.
- FARIA, Vilmar E. (1991). Cinquenta anos de urbanização no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 29, mar.
- FONSECA, Geraldo (1978). *Contagem perante a História*. Contagem, Prefeitura Municipal de Contagem.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP) (1996). *Ônibus*. Belo Horizonte, FJP.
- MARES GUIA, Virgínia Renn  (1994). *O controle do processo de parcelamento do solo e a expansão urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, FAFICH-UFMG (disserta o de mestrado).
- _____ e SOUZA, José Moreira de (1996). Agentes da forma o do espaço: impasses recentes na RMBH. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*. Belo Horizonte, Faculdades Integradas Newton Paiva, vol. 4, n. 6.
- MARTINE, G. (1992). *Processos recentes de concentra o urbana no Brasil: determinantes e implica es*. Brasília, Instituto SPN.
- MELO, Marcus A. B. C. (1990). "Transforma es socioecon micas e implica es espaciais: uma síntese". In: RIBEIRO, A. C. T. MACHADO D. B. P. (orgs.). *Metropoliza o e Rede Urbana: perspectivas para os anos 90*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR.
- PLAMBEL (1978). *O mercado da terra na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte.
- _____ (1976). *Plano de Ocupa o do Solo da Aglomera o Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte.
- _____ (1986). *A estrutura urbana da RMBH*. Belo Horizonte, 3. vol.
- _____ (1987). *Seminário Consciência Metropolitana*. Belo Horizonte.
- _____ (1985). *Informa es básicas da RMBH*. Belo Horizonte.
- PREFEITURA Municipal de Belo Horizonte (s.d.). *Plano Diretor de Belo Horizonte – Estudos Básicos*. Belo Horizonte.
- RIBEIRO, L. C. de Q. e LAGO, L. C. (1992). "Crise e mudança nas metrópoles brasileiras: a perifiza o em questão". In: LEAL, M. C. (org.). *Saúde, ambiente e desenvolvimento: uma análise interdisciplinar*. São Paulo/Rio de Janeiro, Hucitec/Abrasco.
- RIBEIRO, L. C. de Q. e AZEVEDO, Sérgio de (1996). "A produ o de moradia nas grandes cidades: dinâmica e impasses". In: *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habita o   reforma urbana*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- TASCHNER, Suzana P. (1992). Mudanças no padrão de urbaniza o: novas abordagens para a década de 90. *Espaço & Debates*, n. 36, pp. 77-90.

Anexo

Tabela 1A
Distribuição da população por unidades espaciais (2º Nível).
RMBH – 1970/80/91

Unidades Espaciais	1970		1980		1991	
	População	Densidade	População	Densidade	População	Densidade
Núcleo Central	220.464	13.75	255.598	10.24	270.351	8.30
Calafate/Gameleira	144.312	9.00	185.149	7.41	198.957	6.11
C.Prates/Pe. Eustáquio	104.930	6.55	16.274	4.26	97.918	3.01
Lagoinha/Cachoeirinha	101.148	6.93	115.523	4.63	87.609	2.69
Floresta/Horto/Sta. Inês	217.164	13.55	250.062	10.01	268.638	8.25
Sta. Efigênia	81.498	5.08	98.924	3.96	104.640	3.21
Anel Pericentral	659.052	41.12	755.932	30.27	757.732	23.27
Pampulha	52.119	3.26	97.522	3.91	117.699	3.61
Cid. Industrial/Barreiro	217.615	13.58	464.124	18.59	600.154	18.43
Contagem	8.907	0.56	27.897	1.12	49.490	1.52
Betim	30.868	1.93	78.816	3.16	170.017	5.22
Ibirité	6.411	0.40	11.090	0.44	30.787	0.95
Eixo Industrial	263.793	16.46	581.927	23.30	845.720	25.97
Ressaca	77.892	4.86	179.634	7.19	245.343	-7.53
Venda Nova/Justinópolis	46.717	2.91	183.702	7.36	297.558	9.14
S. Benedito	8.963	0.56	37.859	1.52	102.904	3.16
Aarão Reis	78.790	4.92	168.456	6.75	230.870	7.09
Gal. Carneiro	9.426	0.59	19.263	0.77	28.675	0.88
Neves	4.925	0.31	12.843	0.51	48.413	1.49
Periferias	226.713	14.14	563.898	22.58	953.763	29.29
Franjas	10.655	0.66	17.416	0.70	14.711	0.45
Vespasiano	12.667	0.79	20.313	0.81	29.450	0.90
Lagoa Santa	11.358	0.71	15.926	0.64	25.077	0.77
Santa Luzia	18.612	1.16	30.145	1.21	44.194	1.36
Ravena	2.448	0.14	1.467	0.06	3.405	0.10
Sabará	21.327	1.33	26.484	1.06	31.515	0.97
Raposos/Nova Lima	42.527	2.65	50.842	2.04	61.992	1.90
Rio Acima	5.118	0.32	5.068	0.20	7.063	0.22
Sarzedo	5.569	0.35	8.035	0.32	14.239	0.44
Vianópolis	2.927	0.18	3.400	0.14	3.775	0.12
Expansão Metropolitana	122.353	7.63	161.680	6.47	220.710	6.78
Pedro Leopoldo	20.065	1.25	29.640	1.19	42.704	1.31
Fidalgo	2.390	0.15	2.823	0.11	3.514	0.11
Caeté	25.169	1.57	30.594	1.23	29.153	0.90
Compromet Mínimo	47.624	2.97	63.057	2.53	75.371	2.31
RMBH	1.602.843	100.00	2.497.030	100.00	3.256.057	100.00

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos, dados trabalhados.

Tabela 2A
Taxas anuais de crescimento demográfico por unidades espaciais (2  Nível).
RMBH – 1970/80/91

Unidades Espaciais	70/80	80/91	70/91
Núcleo Central	1.6	0.6	1.0
Calafate/Gameleira	2.5	0.7	1.5
Carlos Prates/Padre Eustáquio	0.15	-0.7	-0.3
Lagoinha/Cachoeirinha	0.3	-2.5	-1.2
Floresta/Horto/Santa Inês	1.4	0.7	1.0
Santa Efigênia	2.0	0.5	1.2
Anel Pericentral	1.4	0.2	0.7
Pampulha	6.4	1.7	3.9
Cid. Industrial/Barreiro	7.9	2.4	5.0
Contagem	12.1	5.3	8.5
Betim	9.8	7.2	8.5
Ibirité	5.6	9.7	7.8
Eixo Industrial	8.2	3.4	5.7
Ressaca	8.7	2.9	5.6
Venda Nova/Justinópolis	14.7	4.4	9.2
São Benedito	15.5	9.5	12.4
Aarão Reis	7.9	2.9	5.3
Gal. Carneiro	7.4	3.6	5.5
Neves	10.0	12.8	11.5
Periferias	10.2	4.9	7.1
Franjas	5.0	-1.6	1.6
Vespasiano	4.8	3.4	4.1
Lagoa Santa	3.4	4.2	3.8
Santa Luzia	4.8	3.5	4.2
Ravena	-4.1	7.9	2.0
Sabará	2.2	1.6	1.9
Raposos/Nova Lima	1.8	1.8	1.8
Rio Acima	-0.1	3.0	1.5
Sarzedo	3.7	5.3	4.6
Vianópolis	1.5	0.9	1.2
Expansão Metropolitana	2.8	2.9	2.8
Pedro Leopoldo	3.9	3.4	3.7
Fidalgo	1.6	2.0	1.9
Caeté	2.0	-0.4	0.7
�rea de Compromet. Mínimo	2.8	1.6	2.2
RMBH	4.5	2.4	3.4

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos, dados trabalhados.

Tabela 3A
Evolução das densidades demográficas por unidades espaciais (2º Nível).
RMBH – 1970/80/91

Unidades Espaciais	Área (hec)	1970	1980	1991	Evolução (70-91)	
					80	91
Núcleo Central	3.335	66.10	76.64	81.06	1.16	1.23
Calafate/Gameleira	2.376	60.74	77.92	83.74	1.28	1.38
C.Prates/Pe. Eustáquio	1.090	96.27	97.49	89.83	1.01	0.93
Lagoinha/Cachoeirinha	996	111.59	115.98	87.96	1.04	0.79
Floresta/Horto/Sta. Inês	2.356	92.17	106.14	114.02	1.15	1.24
Sta. Efigênia	757	107.66	130.68	138.19	1.21	1.28
Anel Pericentral	7.575	87.00	99.79	100.03	1.15	1.15
Pampulha	4.896	10.65	19.92	24.04	1.87	2.26
Cid. Industrial/Barreiro	7.386	29.46	62.13	81.26	2.13	2.76
Contagem	1.326	6.72	21.04	37.32	3.13	5.56
Betim	6.529	4.73	12.07	26.04	2.55	5.51
Ibirité	1.653	3.88	6.71	18.62	1.73	4.80
Eixo Industrial	16.894	15.61	34.46	50.06	2.22	3.21
Ressaca	2.768	28.14	64.90	88.64	2.31	3.15
Venda Nova/Justinópolis	3.017	15.48	60.89	98.63	3.96	6.37
S. Benedito	1.146	7.82	33.12	89.79	4.24	11.48
Aarão Reis	2.048	38.47	82.25	112.73	2.14	2.93
Gal. Carneiro	637	14.80	30.24	45.02	2.04	3.04
Neves	6.857	0.72	1.87	7.06	2.61	9.83
Periferias	16.473	13.76	34.23	57.90	2.49	4.20
Franjas	92.692	0.11	0.18	0.16	1.63	1.38
Vespasiano	12.085	1.05	1.68	2.44	1.60	2.32
Lagoa Santa	17.461	0.65	0.91	1.44	1.40	2.21
Santa Luzia	21.714	0.86	1.39	2.04	1.62	2.37
Ravena	10.771	0.21	0.14	0.32	0.65	1.51
Sabará	13.788	1.55	1.92	2.29	1.24	1.48
Raposos/Nova Lima	16.119	2.64	3.15	3.85	1.20	1.46
Rio Acima	23.702	0.22	0.21	0.30	0.99	1.38
Sarzedo	11.527	0.48	0.70	1.24	1.44	2.56
Vianópolis	9.220	0.32	0.37	0.41	1.16	1.29
Expansão Metropolitana	135.574	0.90	1.20	1.63	1.32	1.81
Pedro Leopoldo	23.110	0.87	1.28	1.85	1.48	2.13
Fidalgo	11.809	0.20	0.24	0.30	1.18	1.47
Caeté	56.992	0.44	0.54	0.51	1.22	1.16
Compromet Mínimo	91.991	0.52	0.69	0.82	1.33	1.57
RMBH	370.163	4.33	6.74	8.80	1.56	2.03

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos, dados trabalhados.